



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

SEPN Quadra 514 Norte - Lote 9 - Bloco D - CEP 70760-544 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

OFÍCIO Nº 0342040 - SG

Brasília, 21 de setembro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Senador MAGNO MALTA
Presidente da CPI dos Maus Tratos
Brasília - DF

Assunto: Resposta ao Ofício n. 15/2017 - CPIMT

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo, de ordem da Excelentíssima Senhora Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Cármen Lúcia, seguem anexos, em atenção ao ofício assinalado, as informações e registros estatísticos pertinentes ao objeto de investigação dessa Comissão, elaborados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias deste Conselho.

Atenciosamente,

Júlio Ferreira de Andrade
Juiz Auxiliar da Presidência
Secretário-Geral
Conselho Nacional de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO FERREIRA DE ANDRADE, SECRETÁRIO GERAL - SECRETARIA-GERAL**, em 22/09/2017, às 17:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **0342040** e o código CRC **175A0C80**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SEPN Quadra 514 Norte - Lote 9 - Bloco D - CEP 70760-544 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

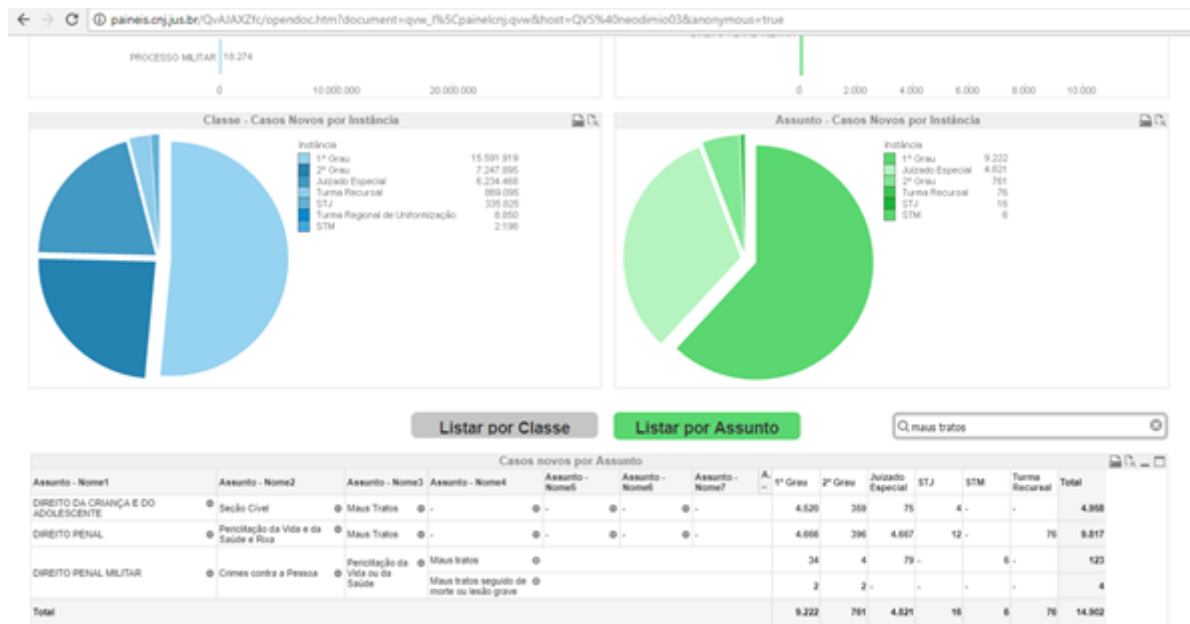
Ao Sr. Secretário-Geral,

Em atenção ao Ofício n. 032752 do Exmo. Senador Magno Malta, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus Tratos, informo que as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça pela Resolução CNJ n. 46/2007, visam a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentações dos processos judiciais.

O Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), por sua vez, coleta anualmente informações detalhadas sobre o número de processos ingressados no Poder Judiciário em cada classe e assunto das TPUs. Neste sentido, é possível consultar quantos processos ingressaram em cada ano, por tribunal, por classe e assunto. Os dados estão disponíveis na internet e podem ser acessados por intermédio do link painéis.cnj.jus.br.

Para acesso, indicamos que inicialmente seja selecionado o painel “Justiça em Números”. A aba “Demandas por classe e assunto” contém as informações necessárias. Na busca “Listar por Assunto”, disposta logo após os gráficos de barras e de pizza existentes no painel, pode-se clicar em “Listar por Assunto” e proceder a pesquisa textual pelo termo “maus tratos” (vide tela de exemplo abaixo).

Figura 1 - Exemplo de tela de consulta aos painéis.



São retornados três tipos de registros de maus tratos, a saber:

a. Direito da Criança e do Adolescente – Seção Cível – Maus tratos (cod. 9967)

Esse assunto refere-se ao art. 1.638 da Lei n. 10.406/2002, “Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: I - castigar imoderadamente o filho”. Logo, relacionados a este assunto devem estar os processos nos quais são discutidos eventuais desdobramentos cíveis relacionados aos maus tratos em crianças e adolescentes no país, especialmente a destituição do poder familiar.

No ano de 2016 ingressaram 4.958 ações com este assunto, sendo 4.520 em primeiro grau (justiça comum), 75 nos juizados especiais, 359 no 2º grau e 4 no STJ.

b. Direito Penal - Periclitção da Vida e da Saúde e Rixa – Maus Tratos (cod. 10508)

Assunto em que houve crime relacionado aos maus tratos. Trata-se dos crimes previstos no art. 136 do Código Penal. Neste caso há uma limitação na pesquisa estatística em razão da ausência de separação entre maus tratos praticados contra crianças e adolescentes, contra idosos ou contra presos, por exemplo. Logo, o número apresentado na consulta supera o quantitativo real que se deseja investigar: crianças e adolescentes.

No ano de 2016 ingressaram 9.817 casos assim tipificados, sendo 4.666 no 1º grau (justiça comum), 4.667 nos juizados especiais, 76 em Turmas Recursais, 396 no 2º grau e 12 no STF.

c. Direito Penal Militar – Crimes contra a Pessoa - Periclitção da Vida ou da Saúde – Maus Tratos e Maus tratos seguido de morte ou lesão grave (cods. 11235 e 11236)

Crimes previstos no art. 213 do Código Penal Militar.

No ano de 2016 ingressaram 4 processos, sendo 2 em 1º grau e 2 em 2º grau.

Cumpra informar que os dados ora apresentados se referem ao número de assuntos contados no processo. Caso um mesmo processo tenha mais de um assunto registrado, ambos são contabilizados.

Na consulta iterativa ao painel (painéis.cnj.jus.br) é possível verificar não somente o número de processos novos em 2016, como também os ingressados nos anos de 2014 e 2015. Apresenta-se a seguir os dados do ano de 2016 por tribunal e por assunto.

Tabela 1 - Casos ingressados no ano de 2016 no assunto Direito da Criança e do Adolescente – Seção Cível – Maus tratos.

Tribunal	1º Grau	2º Grau	Juizado Especial	STJ	Total
TJ - Acre	44	-	-	-	44
TJ - Alagoas	32	-	-	-	32
TJ - Amapá	56	-	-	-	56
TJ - Amazonas	70	-	-	-	70
TJ - Bahia	88	-	-	-	88
TJ - Ceará	34	1	-	-	35
TJ - Distrito Federal	28	-	-	-	28
TJ - Espírito Santo	136	6	-	-	142
TJ - Goiás	104	-	47	-	151
TJ - Maranhão	83	1	-	-	84
TJ - Mato Grosso	58	5	-	-	63
TJ - Mato Grosso do Sul	210	19	-	-	229
TJ - Minas Gerais	523	140	-	-	663
TJ - Pará	85	-	-	-	85

TJ - Paraíba	87	1	-	-	88
TJ - Paraná	712	26	1	-	739
TJ - Pernambuco	165	5	-	-	170
TJ - Piauí	37	-	27	-	64
TJ - Rio de Janeiro	38	4	-	-	42
TJ - Rio Grande do Norte	59	-	-	-	59
TJ - Rio Grande do Sul	310	81	-	-	391
TJ - Rondônia	90	-	-	-	90
TJ - Roraima	55	-	-	-	55
TJ - Santa Catarina	461	19	-	-	480
TJ - São Paulo	478	44	-	-	522
TJ - Sergipe	477	7	-	-	484
Total	4.520	359	75	-	4.954
Superior Tribunal de Justiça	-	-	-	4	4
Total	-	-	-	4	4

Tabela 2 - Casos ingressados no ano de 2016 no assunto Direito Penal - Periclitção da Vida e da Saúde e Rixa – Maus Tratos

Tribunal	1º Grau	2º Grau	Juizado Especial	Turma Recursal	STJ	Total
TJ - Acre	17	2	-	-	-	19
TJ - Alagoas	56	-	19	-	-	75
TJ - Amapá	13	3	28	-	-	44
TJ - Amazonas	119	1	345	-	-	465
TJ - Bahia	157	-	192	-	-	349
TJ - Ceará	37	-	1	-	-	38
TJ - Distrito Federal	35	-	183	5	-	223
TJ - Espírito Santo	168	19	454	-	-	641
TJ - Goiás	88	1	300	1	-	390
TJ - Maranhão	168	3	15	-	-	186

TJ - Mato Grosso	94	10	9	-	-	113
TJ - Mato Grosso do Sul	139	9	524	9	-	681
TJ - Minas Gerais	614	137	735	10	-	1.496
TJ - Pará	117	-	88	-	-	205
TJ - Paraíba	149	1	79	-	-	229
TJ - Paraná	345	16	392	5	-	758
TJ - Pernambuco	184	2	-	-	-	186
TJ - Piauí	71	4	10	-	-	85
TJ - Rio de Janeiro	1.201	8	474	-	-	1.683
TJ - Rio Grande do Norte	69	1	156	-	-	226
TJ - Rio Grande do Sul	-	56	-	28	-	84
TJ - Rondônia	136	4	-	-	-	140
TJ - Roraima	9	-	2	-	-	11
TJ - Santa Catarina	349	22	573	2	-	946
TJ - São Paulo	31	88	1	15	-	135
TJ - Sergipe	117	3	46	1	-	167
TJ - Tocantins	172	6	40	-	-	218
Total	4.655	396	4.666	76	-	9.793
TRF 1ª Região	3	-	1	-	-	4
TRF 3ª Região	3	-	-	-	-	3
TRF 4ª Região	3	-	-	-	-	3
TRF 5ª Região	2	-	-	-	-	2
Total	11	-	1	-	-	12
Superior Tribunal de Justiça	-	-	-	-	12	12
Total	-	-	-	-	12	12

Por fim, informamos que o Conselho Nacional de Justiça não dispõe de informações detalhadas que permitam fazer a correlação entre os processos em que o assunto seja sobre maus tratos com os processos em que a vítima era criança ou adolescente, visto que, para tanto, seria necessário realizar o cruzamento entre o perfil das partes envolvidas com a classificação de cada processo judicial.

Respeitosamente,

Maria Tereza Aina Sadek
Diretora Executiva
Departamento de Pesquisas Judiciárias



Documento assinado eletronicamente por **MARIA TEREZA AINA SADEK, DIRETORA EXECUTIVA**, em 20/09/2017, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **0340861** e o código CRC **B45A3632**.